



SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CARIRIAÇU-CE: DESIGUALDADES E DESAFIOS URBANOS.

SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN CARIRIAÇU-CE: INEQUALITIES AND URBAN CHALLENGES.

SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL EN CARIRIAÇU-CE: DESIGUALDADES Y DESAFÍOS URBANOS.

Cristiely Batista de Lucena

Universidade federal de Sergipe

Mestranda em Geografia pelo PPGEU/UFS.

cbcristiely@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo tece algumas considerações sobre a segregação socioespacial em cidades de pequeno porte, a partir da hipótese de que essa problemática se faz presente na cidade de Caririaçu-ce. Desse modo, a pesquisa visa identificar assimetrias na distribuição de serviços e infraestrutura, avaliar a influência do poder público em sua manutenção, bem como identificar causas subjacentes a problemática, como fatores históricos e culturais. A metodologia empregada inclui revisão bibliográfica, discutindo como diferentes grupos sociais ocupam e influenciam o espaço urbano; análise de documentos públicos; coleta de dados censitários (IBGE) e pesquisa de campo. Portanto, a segregação socioespacial não é apenas a divisão de classes sociais no espaço urbano, mas o resultado das forças socioeconômicas que influenciam sua ocupação.

Palavras-Chave: Segregação socioespacial. Cidade de pequeno porte. Agentes modeladores do espaço.

Abstract:

This article presents some considerations on socio-spatial segregation in small cities, based on the hypothesis that this issue is present in Caririaçu-CE. The research aims to identify asymmetries in the distribution of services and infrastructure, assess the influence of public authorities in their maintenance, and identify underlying causes of the problem, such as historical and cultural factors. The methodology employed includes a literature review discussing how different social groups occupy and influence urban space, analysis of public documents, census data collection (IBGE), and field research. Therefore, socio-spatial segregation is not merely the division of social classes within urban space but the result of socioeconomic forces that shape its occupation.

Keywords: Socio-spatial segregation; Small city; Urban space-shaping agents.

Resumen:

Este artículo presenta algunas consideraciones sobre la segregación socioespacial en ciudades de pequeño porte, partiendo de la hipótesis de que esta problemática está presente en Caririaçu-CE. La investigación tiene como objetivo identificar asimetrías en la distribución de servicios e infraestructuras, evaluar la influencia de las autoridades públicas en su mantenimiento e identificar las causas subyacentes del problema, como factores históricos y culturales. La metodología empleada incluye una revisión bibliográfica que analiza cómo los diferentes grupos sociales ocupan e influyen en el espacio urbano, análisis de documentos públicos, recopilación de datos censales (IBGE) e investigación de campo. Por lo tanto, la segregación socioespacial no es solo la división de clases sociales en el espacio urbano, sino el resultado de las fuerzas socioeconómicas que influyen en su ocupación.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Ciudad de pequeño porte; Agentes modeladores del espacio.



INTRODUÇÃO

O espaço urbano é resultado das forças socioeconômicas que o cercam, sendo uma interface entre o espaço habitado e a materialização da vida urbana, por meio de atividades econômicas, culturais, políticas e ambientais. Tem-se a cidade como lugar por excelência do capital e do processo industrial, um fenômeno complexo e multifacetado. Nesse sentido, a dinâmica urbana se manifesta de diferentes formas, no tempo e no espaço, principalmente em países de urbanização tardia como o Brasil, apresentando desafios variados em relação à habitação, aos serviços públicos ofertados, o direito à moradia, entre outros. E é importante frisar que tais desafios são decorrentes de sua estrutura urbana, bem como das condições socioeconômicas apresentadas por seus habitantes.

Sob esta ótica, é correto afirmar que um dos problemas atuais que acomete a cidade, recorrente em muitos espaços urbanos, diz respeito à segregação socioespacial, que traz em seu seio as desigualdades sociais e ocupação distinta do espaço urbano. Os grupos sociais não usufruem da cidade do mesmo jeito, em áreas nobres e com público de maior poder aquisitivo há uma melhor qualidade de vida, enquanto que em áreas mais pobres se destaca a ausência ou escassez de recursos e oportunidades, se manifestando assim a segregação socioespacial, por meio da distribuição desigual dos serviços ofertados.

O presente estudo busca analisar a problemática da segregação socioespacial no meio urbano de Caririaçu, localizada no estado do Ceará. Este fenômeno é observado com maior nitidez em grandes cidades, mas é válida a premissa de que pode ocorrer também em cidades de pequeno porte, o que será debatido ao longo da pesquisa. Para isso será observado e a posteriori discutido como os diferentes grupos sociais ocupam o espaço urbano e influenciam em sua dinâmica. Inicialmente, pretende-se identificar os desafios decorrentes desta segregação, observando a distribuição dos serviços ofertados pelos bairros da cidade e comparando-os, com o fito de apontar suas semelhanças e disparidades.

Além disso, será avaliada a influência do poder público municipal na manutenção ou mitigação desta problemática, por meio da análise de políticas públicas implementadas na cidade nos últimos 10 anos. Outro objetivo crucial e decorrente do avançar da pesquisa, será identificar as possíveis causas subjacentes à segregação socioespacial em Caririaçu, como fatores históricos, econômicos e culturais. Por fim, o estudo aponta possíveis soluções para amenizar o fenômeno, como por exemplo, estratégias de planejamento urbano direcionadas.



Para atingir esse resultado, será adotada as seguintes etapas: revisão e análise bibliográfica sobre a temática segregação socioespacial e desigualdades urbanas; análise de documentos de domínio público, como planta da cidade e plano diretor; coleta de dados por meio de fontes oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), afim de levantar dados censitários (demografia e informações socioeconômicas), políticas públicas, entre outros; pesquisa de campo: coleta de dados através de visita aos bairros da cidade e observação de sua infraestrutura; uso de ferramentas de geoprocessamento para análise espacial dos dados coletados.

Portanto, compreender a complexidade envolvida na problemática da segregação socioespacial no município de Caririçu-ce é fundamental, principalmente para auxiliar e fomentar políticas públicas mais eficientes e democráticas. Ao aprofundar o conhecimento sobre os diferentes grupos sociais que moldam e influenciam o espaço urbano, é possível direcionar ações específicas e integradas, que visem a inclusão e equidade socioespacial. Esse entendimento permitirá mitigar os efeitos negativos da segregação socioespacial, promovendo um ambiente mais justo. Além do mais, visa garantir que o direito à cidade não se resuma apenas ao acesso de seus espaços físicos, mas a participação ativa nas tomadas de decisões que afetam o cotidiano urbano.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: AS DESIGUALDADES MATERIALIZADAS NO ESPAÇO URBANO

Quando se fala em segregação socioespacial é comum vim à mente a divisão da cidade em bairros distintos, pessoas separadas por questão de renda, moradias que divergem entre si por causa de sua infraestrutura, um público que apresenta uma certa diferença no acesso aos serviços oferecidos pela cidade. Mas, é óbvio demais pensar assim, até mesmo um pouco ingênuo, visto que essa visão simplista é apenas a ponta do iceberg. Na realidade, tal problemática exige uma análise mais detalhada, um olhar mais atento no envolvimento dos agentes modeladores do espaço urbano em sua dinâmica e manutenção.

Para Lefebvre (1969) os espaços urbanos são produtos das ações dos agentes sociais, em que algumas áreas recebem mais destaque do que outras, ou seja, maiores vantagens locacionais. Nesse sentido, quando falamos em agentes que moldam a cidade, estamos nos referindo “*ao papel do estado, dos promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção, os agentes fundiários e os grupos socialmente excluídos*” Corrêa (1995, p. 1). É por



meio da ação destes que a cidade tem seus processos e formas espaciais moldados e materializados, e assim, a segregação socioespacial tem sua dinâmica condicionada, podendo ser mais rápida ou mais lenta, a depender do processo de urbanização envolvido, Corrêa (1989, p.69) afirma que “*a segregação é dinâmica*”, pois envolve tempo e espaço, variando em conforme o contexto urbano e histórico.

Somado a isso, ainda temos o processo de industrialização, que ajuda a acelerar o processo de urbanização, trazendo consigo o aumento exponencial de indivíduos nos centros das cidades. Esse crescimento demográfico intensifica as diferenças entre as classes sociais, que se refletem nos espaços urbanos. Como aponta Ana Fani (1994, p. 83-84) “*a cidade é essencialmente o locus da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; [...] estabelecimento industrial num determinado lugar.*” De modo, contribui para a concentração de riqueza em determinadas áreas, enquanto outras ficam à margem do processo.

O conceito de segregação socioespacial é empregado para explicar a desigualdade de ocupação do espaço da cidade decorrente do próprio processo de urbanização. Para algumas escolas urbanistas, como a de Chicago, a segregação seria algo natural, espontâneo, indo de acordo com as preferências individuais de cada um. Porém, esta premissa é refutada pelos marxistas, pois essa estrutura se dá por causa do acesso desigual a renda, sendo produto das contradições das relações sociais, reflexo do capitalismo na organização e estruturação do espaço urbano.

Em diferentes momentos históricos, o termo ‘segregação’ portou diferentes significados, mas manteve, em sua essência, o acesso desigual aos bens e serviços por parte da população mais carente, seja em relação à moradia, ao trabalho ou aos serviços urbanos disponíveis. Historicamente, o conceito faz menção às desigualdades estruturais presentes na sociedade, se intensificando após o processo industrial. Segundo Sposito (2005, p. 102), o conceito de segregação significa “*social, no sentido amplo do termo, nele se incluindo o econômico, o político, o ideológico etc., mas é, ainda, espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo*”, pois é determinado pelos processos que norteiam o movimento da sociedade. É amplo o sentido de segregação socioespacial, indo além do uso e ocupação do espaço urbano, transparecendo as teias sociais, econômicas, políticas e culturais que nela se emaranham. Segundo Sposito, (2016, p.64) “*A segregação, no plano conceitual, tem de ser compreendida em sua complexidade.*” Surge assim, a necessidade de analisar conjuntamente os adjetivos social e espacial, pois a problemática em questão é ao mesmo tempo social e espacial, complexa, que envolve diferentes sujeitos em sua dinâmica.



A segregação socioespacial tem como uma de suas razões a desigualdade de renda, o que leva as classes sociais a usufruírem e ocuparem os espaços da cidade de modo distinto. De acordo com Corrêa (1989, p.08) “*o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes*”. Aquelas mais abastadas ocupam os melhores lugares, dotados de infraestrutura, saneamento básico, serviços de educação, saúde e segurança com mais qualidade. O terreno em questão, por apresentar um preço mais elevado, terá um acesso mais restrito, desfrutando dele uma minoria. Em contrapartida, os grupos socialmente excluídos, caberá ocupar as margens da cidade, a parte periférica ou que possua pouca ou nenhuma infraestrutura adequada, recursos limitados, a saturação dos serviços prestados, o próprio sucateamento do serviço público. Rodrigues (1994, p.14) ressalta que “*Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria*”, o que nem sempre é possível para a maioria da população, devido a disparidade de renda.

No caso brasileiro, a ocupação dos espaços da cidade de pequeno porte ocorre da seguinte forma: a área central, de certa forma, ainda é muito valorizada, principalmente quando comparada com os bairros mais afastados. Em geral, o centro urbano traduz o caos citadino, devido ao barulho, o alto fluxo de pessoas, o congestionamento, o comércio, entre outros fatores. Em cidades maiores, a elite não se concentra nesse espaço, se auto segregando, buscando locais mais afastados, amplos e calmos, estes dotados de infraestrutura e com serviços de qualidade. É necessário frisar que, a parte periférica da cidade nem sempre se classifica como área pobre ou destinada aos grupos excluídos, pois, muitas das vezes “*Ela é frequentemente confundida com a noção de exclusão ou aparece como sinônimo de pobreza*”, Vasconcelos (2013, p.31). Porém, hoje, esses espaços estão localizados loteamentos, condomínios fechados, terrenos mais caros, destino de auto segregação socioespacial de grupos com maior poder aquisitivo.

Como dito anteriormente, em cidades pequenas, ainda é muito comum o centro ser a área mais cara, concentrando serviços, casas com melhor infraestrutura, equipamentos urbanos diversos. Desse modo, a população mais pobre é empurrada para áreas com menor prestígio econômico, como por exemplo: áreas de risco (margens de rios, encostas, áreas de preservação ambiental), moradias populares, cortiços, entre outros. Provocando, assim, a ocupação diferenciada da cidade. Segundo Sposito (2005, p.02) “*uma segregação socioespacial cada vez mais explicita*”. Os impactos dessa desigualdade refletem diretamente na expectativa e na qualidade de vida da população, no acesso aos serviços básicos ofertados (saúde, educação, lazer, transporte, segurança), no deslocamento pendular de indivíduos que precisam sair de



áreas mais distantes em direção ao centro, em busca de emprego ou estudos. Nota-se, assim, que as oportunidades são distintas e escassas para as classes mais pobres, o que aprofunda a exclusão social.

Podemos afirmar que os grupos mais ricos são minoria dentro do espaço da cidade, moldando a cidade no sentido de que se apropriam das melhores áreas, selecionando as melhores, e, apresentando ainda poder político-econômico para ditar quais serão destinadas à sua ocupação, produção e usufruto. Por outro lado, às classes mais baixas resta-lhe o que “restar”. Assim, ambas as classes sociais tem sua contribuição na modelagem da paisagem urbana, de acordo com Roma (2018, p.31) o problema da “*segregação socioespacial deve ser entendido como um processo da sociedade capitalista*”, sendo um instrumento de poder sobre o espaço urbano pela classe dominante.

Temos também, a atuação do Estado como contribuinte com a segregação socioespacial, pois como afirma Rodrigues (2013, p.13) “*o Estado aparece como refém do setor imobiliário e é considerado conivente com a segregação socioespacial*”. Desse modo, ele se faz presente para as necessidades dos promotores imobiliários, dos donos dos meios de produção e dos agentes fundiários, que são grandes consumidores do espaço. É por meio de regulamentações, controle de impostos sobre o solo urbano, implantação de infraestrutura etc. que o Estado atende às necessidades do capital e atua na organização do espaço urbano. Esse grupo, que têm interesses específicos no espaço da cidade, influenciam fortemente as políticas públicas, além de provocarem o desenvolvimento seletivo da cidade e reforçar a exclusão social, pois, segundo Ana Fani (2020, p.414.) “*a forma urbana vai revelando a justaposição entre uma morfologia social [...] e uma morfologia espacial*”. A maneira deste grupo agir consiste em maximizar os lucros, por meio da privatização de alguns espaços públicos, encarecimento do preço do solo urbano, o acesso seletivo de áreas com melhor infraestrutura e serviços, pois é preciso ter uma renda elevada para desfrutar de tais benefícios.

A inação do Estado pode ser comprovada pela falta de planejamento urbano, de zoneamento, de plano diretor e de políticas habitacionais democráticas, o que leva a outras problemáticas urbanas, que não serão aqui discutidas. Os investimentos são feitos de modo desigual, privilegiando os bairros ocupados pelos mais ricos, ocasionando a concentração de serviços em algumas áreas em detrimento de outras. Essa negligência deliberada do Estado resulta na perpetuação da segregação socioespacial, na manutenção da pobreza e no baixo índice de qualidade de vida urbana. Por fim, o grupo que mais sofre com essa ausência do Estado são os dos excluídos, que de acordo com Corrêa (1995, p.4):



“[...] são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas.”

Assim, podemos afirmar que a cidade é resultado e condição da reprodução da sociedade, pois a dualidade entre centro-periferia, bairros ricos e pobres, a própria segregação socioespacial é efeito das relações socioeconômicas assimétricas, da (re) produção das relações capitalistas que nela se manifestam, evidenciando a profunda ligação entre espaço urbano e as relações de poder que a sustentam.

ANÁLISE DAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CARIRIAÇU-CE

A problemática da segregação socioespacial está presente em diversas cidades pelo mundo, sendo mais nítida em metrópoles e nos grandes centros urbanos. Em cidades de pequeno porte, como é o caso de Caririáçu, ainda é um fenômeno pouco estudado, devido à dificuldade de se estabelecer parâmetros e metodologias que retratem esse processo com maior precisão. Porém, é válido ressaltar que a essência dessa desigualdade está relacionada à organização da própria sociedade, que se faz em estratos diferenciados em relação a renda, oportunidades e direitos. Nesse sentido, Ana Fani (pag.413, 2020) declara que *“à existência da propriedade privada da riqueza está no fundamento da segregação socioespacial que caracteriza a cidade contemporânea como forma da desigualdade social.”* Essa dinâmica econômica e social, faz com que a segregação socioespacial se manifeste.

Tendo em vista essa explanação, o objeto de estudo deste trabalho, a segregação socioespacial na cidade de Caririáçu, exige uma apresentação detalhada de sua área. Caririáçu está localizada na porção sul do Estado do Ceará, fazendo parte da região metropolitana do Cariri cearense. O município possui uma área de 634,179 km², estando a 480 km da capital do Estado, Fortaleza. Em relação aos seus aspectos demográficos, mais recentes, divulgados pelo último censo do IBGE em 2022, o total de habitantes era 26.320 pessoas, com densidade demográfica de 41,5 hab./km².

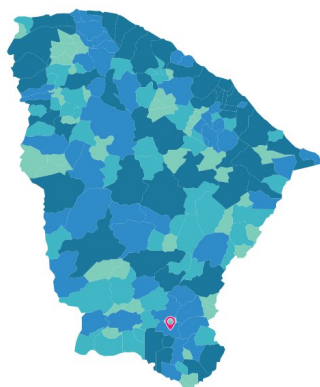


Figura 1: Localização do município de Caririçu-ce. IBGE (2024).

A cidade de Caririçu foi fundada em 18 de agosto de 1876, tendo como base de sua economia a agropecuária e a comercialização de perfumaria e velas. O município, hoje, encontra-se dividido em seis distritos, sendo eles: a sede, a vila Feitosa, o distrito da Valência, Miragem, Primavera e Cachoeirinha. Enquanto que, a cidade em si possui atualmente 12 bairros: Pernambuquinho, Mestre Neco, Abílio Unias, Paraíso, José Agostinho, Centro, Nossa Senhora de Carmo, Bico de Arara, Palestina, Cedron, Umari e Padre Cícero.

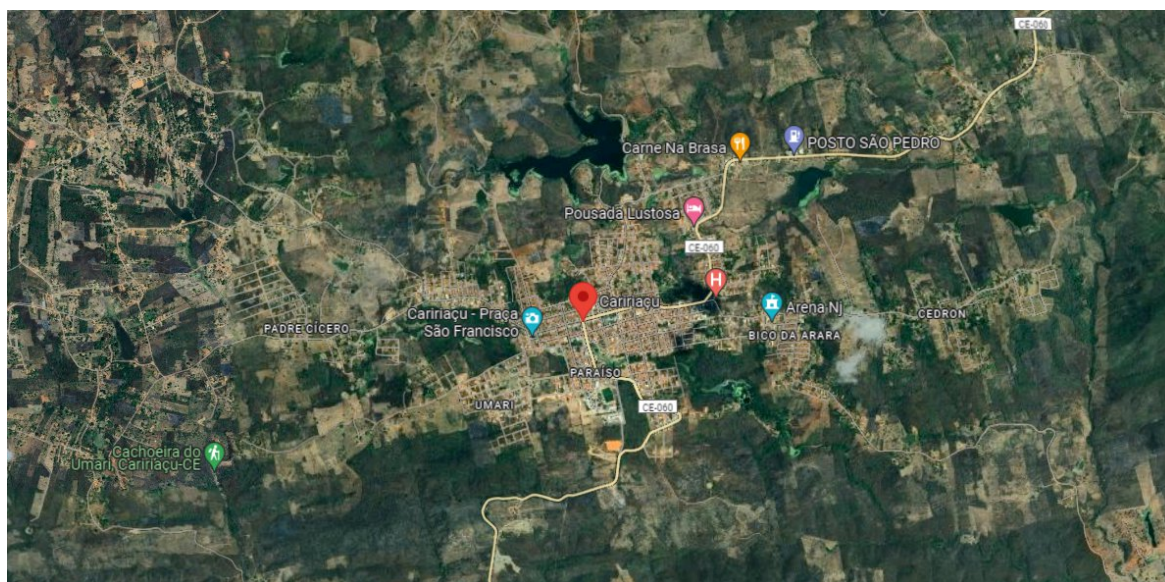


Figura 2: Imagem de satélite do município de Caririçu-ce. Google maps (2024).

A área urbanizada de Caririçu é em torno de 5,40 km², o que é pequeno se comparado ao tamanho total do seu território (634,179 km²). Em termos de serviços urbanos, segundo os dados do IBGE (2022) apenas 16% das residências apresentam esgotamento sanitário adequado, e 3% das vias públicas estão pavimentadas. Contrastando com esses dados, a



arborização é relativamente alta, aproximadamente 86,2 %. O fornecimento de água encanada é de aproximadamente 97%, dados do IPCE (2012). Segundo o IBGE (2022):

“Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 96 de 184 (esgotamento), 115 de 184 (arborização) e 101 de 184 (urbanização adequada), respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3920 de 5570 (esgotamento), 1876 de 5570 (arborização) e 3854 de 5570 (urbanização adequada), respectivamente. IBGE.” (adaptado).

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, em 2022 a cidade de Caririáçu apresentava uma situação socioeconômica preocupante, devido à baixa proporção de pessoas ocupadas, e grande parte exercendo alguma atividade não bem remunerada, ou seja, seus cidadãos estavam vivendo com baixos proveitos. E ainda mais, os domicílios com até meio salário mínimo, o município apresentava a marca de 54,9% de sua população nessas condições, o que a coloca em posições relativamente baixas em relação ao estado e às demais cidades brasileiras. Como aponta o IBGE (2022):

“Em 2021, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7,38%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 64 de 184 e 132 de 184, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3962 de 5570 e 4620 de 5570, respectivamente.”

Em cidades de pequeno porte, como é o caso de Caririáçu, a oferta de emprego é bastante limitada. A maioria da população depende do setor público (prefeitura), ou mesmo obtém seu sustento através de atividades agropecuárias, comércio ou informalidade. Em relação ao comércio e a indústrias, estes são bem incipientes. O PIB per capita da cidade (9,4 mil) é abaixo da média do estado (21,1 mil), advindo da própria administração pública (50,6%), e o demais de atividades da agropecuária (19%), indústrias (3,4%) e serviços (27%). Assim, podemos afirmar que a população caririáçuense enfrenta muitos desafios relacionados à qualidade de vida e moradia.

Em Caririáçu, a desigualdade espacial é bastante expressiva, no qual se observa um processo nascente de segregação socioespacial dentro da cidade, fortemente condicionado pela localização na classe social. Assim, a produção de espaços desiguais é evidente, transparecendo diferenças econômicas, de status social e de poder, além do uso e ocupação assimétrica do espaço urbano. Desse modo, em Caririáçu a segregação socioespacial se reflete em sua paisagem urbana, seus espaços são organizados seguindo o nível de renda de sua população, assim como as moradias construídas ou alugadas, a estrutura urbana (ruas ou pavimentação)



disponibilizados de modo bem heterogêneo, concentrados nas áreas ocupadas pela população mais rica, e escasso onde se encontra a população mais carente.

Portanto, analisar a paisagem urbana da cidade de Caririáçu-ce é uma tarefa que envolve a análise do processo histórico-social que condicionou sua atual estrutura e dinâmica, pois não podemos desvincular o tempo da análise espacial. A escala temporal permite enxergar padrões e mudanças na ocupação de uma determinada cidade. É possível comparar as transformações na infraestrutura urbana, o aumento de áreas residenciais ou industriais, se é uma área que atrai ou contribui com o processo migratório, influenciando em sua dinâmica populacional. E é por meio destes dados que são fomentadas políticas públicas e, não menos importante, a criação de estratégias de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, os investimentos realizados na cidade são feitos de modo espacialmente desiguais, repercutindo sobre o perfil de quem ocupa aquela parcela ou outra do espaço urbano, e ainda, na quantidade e qualidade dos serviços prestados. Na parte central de Caririáçu, existe uma concentração do comércio, de moradias com melhor infraestrutura e, uma oferta maior de bens e serviços, enquanto que na parte ocupada pela população mais carente, o acesso ao básico é bem limitado ou insuficiente, como dados comparativos dessa observação podemos apontar a coleta de resíduos sólidos que ocorre na cidade, na parte central é de modo diário, mas em bairros mais pobres, ocorre uma ou duas vezes na semana.

Outros pontos que podem ser apontados como comparação e comprovação dessa disparidade e que reforça a segregação socioespacial é o acesso a água encanada. Na parte central, o abastecimento é diário, e quase sem falhas, mas em bairros mais afastados, onde a população é de baixa renda, o abastecimento ocorre em dias alternados, sendo recorrente falhas. A mesma observação é válida para pavimentação de vias públicas, fiscalização, funcionamento de unidades de saúde, entre outros. Como agente promotor e consumidor do espaço urbano, responsável por essa dinâmica desigual, tem-se o Estado, pois é ele que direciona as políticas públicas, a distribuição dos recursos, a gestão do consumo coletivo, o fornecimento dos bens e serviços básicos.

Em Caririáçu a ação do poder público tem se dado de forma bastante distinta entre os bairros, mesmo sendo notório que as áreas mais carentes necessitam de uma maior atenção e aplicação de investimentos direcionados (iluminação, esgotamento, etc.). A implementação de infraestrutura urbana tem sido mais efetiva em espaços em que a especulação imobiliária tem estado mais presente, como a pavimentação de ruas em loteamentos, equipamentos urbanos em



áreas comerciais e em bairros de classes com maior poder aquisitivo. Assim, temos uma aliança entre Estado e esfera privada, resultando nessa ocupação desigual do espaço público.

A especulação imobiliária é um fator condicionante para a problemática da segregação socioespacial em Carriáçu, visto que nos últimos anos a cidade tem expandido e, o preço dos terrenos aumentaram de forma exponencial, o que leva a um acesso restrito e seletivo. Essa atuação conjunta dos agentes imobiliários e fundiários tem contribuído com a supervalorização de alguns bairros em detrimento de outros, o fomento dado aos loteamentos fazem surgir espaços distintos, ocupados por classes de maior poder aquisitivo.

E essa atuação só é possível devido a ação do poder público, como já mencionado anteriormente, pois o mesmo não é neutro, tendo suas decisões condicionadas pelos interesses das classes dominantes, de modo a garantir a reprodução do capitalismo, criando mecanismos que culminam com a segregação socioespacial e distribuição diferenciada de serviços, equipamentos e serviços urbanos de consumo coletivo. Além disso, o município não conta com plano diretor, o que acentua diversos problemas urbanos, como o crescimento desordenado, distribuição desigual de serviços, ocupação irregular, entre outros fatores.

Outra problemática que acompanha a segregação socioespacial em Carriáçu é o estigma social criado em cima de alguns bairros, como o mestre Neco e Abílio Unias, que comportam a população com menor poder aquisitivo, sofrendo com a imagem de bairros violentos, áreas de venda e consumo de drogas, onde os serviços públicos urbanos são ineficientes e pouco expressivos. Estes dois bairros refletem bem a segregação e ausência do Estado, sendo que a população não tem outra escolha a não ser residir neles, pois não tem renda suficiente para morar no centro, devido ao alto custo do solo urbano e dos aluguéis, tornando-se assim, inviável a auto segregação.

Observando esse cenário, podemos afirmar que a classe dominante é quem consome e controla o melhor espaço da cidade. Os agentes socialmente excluídos produzem o espaço da cidade, mas não o mesmo nível de controle e dominação dos grupos mais ricos. Esses últimos, ao valorizar determinadas áreas em detrimento de outras, geram como produto final a segregação socioespacial. E essa relação assimétrica ajuda a classe dominante a continuar no controle, tomando essa separação de classes no espaço como uma espécie de instrumento de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em síntese, a partir deste trabalho, compreendemos que a segregação socioespacial está presente em diversos centros urbanos, sejam eles grandes metrópoles ou pequenos núcleos urbanos, como é o caso de Caririçu, reforçando a ideia de que os processos e as dinâmicas que nele ocorrem são frutos da ação do Estado, da ação conjunta de agentes fundiários e imobiliários, da própria contradição capitalista que nele se faz presente, bem como a heterogeneização da formação urbana da cidade em análise.

Desse modo, refletir sobre o espaço urbano é enxergar uma série de contradições que nele se faz presente, pois dentro de uma sociedade capitalista a organização espacial dos grupos sociais se faz de acordo com sua localização na classe social, o que irá refletir na sua qualidade de vida. Isso nos remete a diversos problemas urbanos, como violência, desigualdade de acesso a serviços, e não menos importante, a segregação socioespacial. Assim, por meio da diferenciação econômica, social, política, cultural e espacial, que o espaço urbano refletirá em sua infraestrutura e organização, o padrão socioespacial da complexa relação da sociedade com o espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, A. F. A. **Segregação socioespacial e o “direito à cidade”**. Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, pág. 412-424, dez. 2020.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A., PUCRS, 1989.

_____. ; VASCONCELOS, Pedro de Almeida; PINTAUDI, Silvana Maria (organizadores). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1ª. ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **O Espaço Urbano**. 3 Ed. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: <https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>. Acesso em: 19 JUNHO. 2024.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 de maio de 2024.



IPCE. <https://www.ipece.ce.gov.br/>. Data de acesso: 17/05/2024.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução de Rubens E. Frias). **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1969. 145p.

_____. **O direito à cidade**. Editora: Centauro, São Paulo, 2001.

MAPS, Google. (2024). Caririçu, Ceará, Brasil [Mapa]. <https://www.google.com/maps/place/Caririçu,+Ceará,+Brasil>. Acesso: 17/05/2024.

MONFORT, G. C.; ROMA, Cláudia Marques. **Articulação escalar e as fronteira(s) das desigualdades socioespaciais na cidade de Juti - mato grosso do sul**. In: VI Seminário Leituras de Fronteiras, 2018, Assunção. VI Seminário de Leituras de Fronteiras. Dourados: Editora da UFGD, 2018.

Prefeitura Municipal de Caririçu. Disponível em: <https://www.caririacu.ce.gov.br/>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**, São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **A cidade contemporânea: segregação espacial** (LIVRO); Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial (capítulo). São Paulo, SP: Contexto, 2013.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **Por uma geografia do clima**: antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. Editora Contexto, 1ª. Ed. 2005.

SPOSITO, Eliseu S. **A produção do espaço urbano em dez anos de Gaspper**: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: SPOSITO, Eliseu S. Produção do espaço e 49 redefinições regionais: a construção de uma temática. Presidente Prudente, Unesp/Fct/Gaspper, 2005. p. 85-115.